



Intervenção proferida
na Sessão Legislativa de Março de 2003
Deputado Joaquim Machado

ESCOLA ROBERTO IVENS: CRONOLOGIA DE UM PROJECTO ADIADO

Na apreciação desta petição, sobre a EB2,3 Roberto Ivens, vale a pena ter presente uma cronologia de acontecimentos, que comprovam o seu adiamento e esquecimento pelas autoridades regionais:

Julho de 1996. Os candidatos socialistas a deputados visitam a escola Roberto Ivens. José Contente, porta-voz do distinto grupo, reclama o “encerramento imediato do estabelecimento, por falta de condições”.

Outubro de 1999. Em conferência de imprensa o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) considera “manifestamente preocupante (...) a situação da escola Roberto Ivens”. (Açoriano Oriental)

Em Dezembro do mesmo ano a imprensa noticia: “cerca de mil alunos da Escola Roberto Ivens marcharam rumo ao palácio da Conceição para pedir como única prenda de Natal uma escola nova.” (Açoriano Oriental)

Janeiro de 2000. O Governo Regional aprova a Carta Escolar e nela contempla a remodelação da escola, de modo a ficar concluída em Setembro de 2003.



Tudo parece correr pelo melhor.

Janeiro de 2001. Em resposta a requerimento o Governo Regional é peremptório: “relativamente ao calendário previsto para a realização das obras na escola, tudo aponta para que se iniciem em 2002.”

Dias depois, nesta Assembleia, um deputado socialista afirma, sem dúvidas ou enganos, que “em 2002 é certo que a escola será uma escola nova” (Dep. José do Rego, Diário das Sessões: 24 de Janeiro de 2001).

No mês seguinte, o Secretário Regional da Educação em conferência de imprensa revela que “o estabelecimento encerra no ano lectivo 2002/03 para reabilitação” (Açoriano Oriental).

Novembro de 2001. Outro deputado socialista aplaude as medidas para a educação contidas no Plano para 2002 e destaca: “iniciar-se-ão as obras de (...) requalificação da Escola (...) Roberto Ivens...” (Francisco Sousa – Açoriano Oriental, 12 de Novembro de 2001).

Volvidas duas semanas o Governo Regional, respondendo a requerimento, revela que “o projecto encontra-se no Tribunal de Contas, para efeito de «Visto Prévio»”. Curiosamente, o Plano de 2002, aprovado por essa altura, anuncia a “elaboração do projecto”. Passado mais um ano, o Secretário da Educação voltava a fazer uma infalível previsão: “o projecto deverá ficar concluído no decurso do próximo mês [de Dezembro de 2002]” (Correio dos Açores, Novembro de 2002). Diga-se, à margem destas datas, que os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada nunca foram consultados na fase de elaboração do projecto ou sequer informados da sua existência...

Se o tempo de espera foi aumentando, as dotações financeiras para as obras foram diminuindo. A Carta Escolar destinava ao ano de 2003 uma verba



de 650 mil contos. O Plano a Médio Prazo reduziu para 450 mil contos e o Plano que agora está em execução dispõe somente de 100 mil contos. Vai-se lá saber que sumiço levou o dinheiro...

Neste atribulado processo as contradições sucedem-se vertiginosamente. A Carta Escolar, redigida e aprovada pelo Governo Regional, afirma que o Palacete onde funciona aquela escola apresenta "sérios problemas de segurança, em caso de sismo". O Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), depois da inspecção que ali efectuou em Julho passado, concluiu "que, pelo facto de não terem sido observadas nos edifícios patologias estruturais associadas a eventuais maus comportamentos das estruturas dos mesmos, a segurança de pessoas e bens na Escola (...) não está em causa". Em que ficamos?

Em Janeiro de 2001 o Governo esclarece: "Consciente do estado de degradação em que se encontra a instalação eléctrica, a SREC decidiu antecipar as obras..." Volvidos 18 meses, e sem que ali se tenha realizado qualquer trabalho de melhoramento, a direcção regional de Energia constata o milagre: o relatório que lhe foi presente "não refere qualquer anomalia grave nas instalações eléctricas". O comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada afirma que "a rede eléctrica do corpo central de edifícios está muito degradada". A confusão já faz faísca.

A propósito. Em sede de Comissão Parlamentar, em Novembro último, o Secretário da Educação afirmou que "o maior risco é de fogo e não de sismo". Três anos antes, o delegado da Protecção Civil em S.Miguel recomendava no seu relatório o seguinte: "Dada a impossibilidade de acesso aos pátios das traseiras por viaturas dos Bombeiros, seria de toda a conveniência que fossem



instaladas bocas de incêndio (...) naqueles locais”. O Governo fez orelhas moucas.

O tempo passou e, como escreve ainda o Delegado da Protecção Civil, “verifica-se até que algumas condições pioraram, como é o caso das infiltrações de águas das chuvas, devidas à falta de retelhamento do edifício, o que já originou o encerramento de diversas dependências dada a ameaça de ruírem os tectos falsos.” Sem reservas, a senhora Delegada de Saúde de Ponta Delgada concluiu que “a Escola não reúne condições técnicas conducentes ao garante da higiene e segurança da mesma, por forma a preservar a saúde dos frequentadores”.

Só o governo parece ignorar tão flagrante estado de coisas.